



Roberto Aparici

A responsabilidade da comunicação e das novas mídias no mundo globalizado

Professor titular e diretor de Mestrado de Novas Tecnologias da Informação e Comunicação da Universidade Nacional de Educação a Distância (Uned) [Espanha]; Professor colaborador do Massachusetts Institute of Technology (MIT) [Estados Unidos]; Colaborador e pesquisador de universidades na Argentina, Austrália, Brasil, Espanha, Estados Unidos e México; Escritor e produtor de oito obras (livros e DVDs), entre os quais *La imagen*.
raparici@edu.uned.es, Madri [Espanha]

Dialogia: O século XX pode ser caracterizado como o século da imagem. Em que medida esse fato mudou o imaginário da humanidade?

Roberto Aparici: Bem, em 1895, com a invenção do cinema e os experimentos em torno dessa idéia, ocorreram algumas mudanças com relação ao conhecimento do mundo. No século XX, o cinema desenvolveu linguagem e tecnologia próprias. Paralelamente, os quadrinhos experimentaram um crescimento muito grande, numa relação muito aberta com o cinema. No fim dos anos 1940 e começo dos 1950, com a invenção da TV, o universo dos cidadãos mudou de tal modo que a tecnologia e a linguagem da imagem passaram a fazer parte do contexto audiovisual das pessoas.

No século XX, com o aparecimento do marketing, e o desenvolvimento da linguagem televisiva, cinema e publici-

dade, a maioria das pessoas passou a ter mais conhecimento do mundo virtual que do próprio mundo real. No entanto, é importante destacar que essa possibilidade dependeu da localização das pessoas. Um cidadão que morasse na Guiné, por exemplo, teve pouquíssimas possibilidades de conhecimento do mundo por meio da imagem, se comparado com o morador de Nova York, São Paulo ou Madri.

Isso corrobora a idéia de que a tecnologia permite ampliar o contexto social; daí a necessidade de contextualizar esse processo a partir do referencial midiático. No Brasil, o ponto de partida é a ditadura militar, na década de 1960, quando se constrói uma identidade brasileira específica e por alguns veículos de mídia, em especial a TV Globo, uma idéia de Brasil centrada no movimento da música popular brasileira que, conectado à própria ditadura e ao desenvolvimento do futebol, constitui a base de um processo de alienação do mundo brasileiro. No país, o uso da TV passa a ser substantivo (assim como em quase todo o mundo), estendendo-se a quase 90% das pessoas. Desse modo, o brasileiro passa a ter conhecimento do mundo pela TV. À medida que a tecnologia televisiva se desenvolve, o cinema vai-se marginalizando; os filmes passam a alimentar a programação da TV, resultando no fechamento de muitas salas de cinema, cujo público vem diminuindo. É interessante notar que, enquanto essas salas fecham, aumenta o número de canais de TV, que permitem à boa parte das pessoas o acesso à informação, em geral “de forma manipulada”.

D.: Em sua opinião, como as pessoas com necessidades especiais educativas estão sendo consideradas nesse ambiente de modernização tecnológica?

R.A.: Os padrões que existem até agora são excluídos, conscientemente ou não. Por exemplo, há bem pouco tempo, uma pessoa com necessidades especiais tinha muita dificuldade de chegar a um edifício ou andar pelas ruas. Nos últimos anos, essa situação vem melhorando e, em algumas cidades, elas já podem mover-se com certa facilidade. No entanto, os mesmos problemas de acessibilidade que essas pessoas encontram no mundo real existem no ciberespaço, no uso das tecnologias, pois, em geral, quem desenvolve projetos valendo-se das novas tecnologias são aqueles que podem ler, ouvir e movimentar suas mãos. Nos últimos anos, para minimizar o problema, tem-se trabalhado muito na busca de mecanismos de diminuição das limitações que se apresentam a esses grupos de pessoas, como, por exemplo, o acesso ao computador, facilitando-lhes a utilização dos recursos tecnológicos. Na Europa, nos próximos dois anos, haverá, nas instituições públicas e privadas de ensino, um nível de acessibilidade elevado; em 2009, deverá ser ainda maior, o que permitirá que sejam eliminadas restrições no acesso à internet.

Em alguns países, ainda existem problemas de acessibilidade à rede, que impedem o desenvolvimento de projetos de emprego conectados à informação. No futuro, poderá haver sérios problemas nos países que não acompanharem o desenvolvimento de produção e informação tecnológicas.

Uma necessidade posta é a de produzir tecnologia não como um fim em si mesmo, mas fazer com que ela se torne meio de produção do conhecimento. Para isso, é necessário estar conectado à informação, o que pode ser feito por pessoas com ou sem dificuldades físicas ou mentais; daí a necessidade de todos terem o mesmo nível de acesso. Exemplo disso é o cientista Stephen Hawking que,

em sua própria cadeira de rodas, possui todo o aparato tecnológico que lhe permite desenvolver suas teorias. Citamos, como ilustração, a situação de uma pessoa que há dez anos era impedida, por problemas físicos, de acessar quaisquer ambientes. Comparativamente, é a mesma situação vivida por aquele estudante que, na escola de 50 anos atrás, não escrevia com a mão direita e era punido por isso. Agora essa idéia está mudando a ponto de todos terem acesso à internet. E por que a internet? Porque é uma das principais vias para uma nova forma de conhecimento.

D.: Há, nas universidades européias, especialmente na Espanha, centros de tecnologia assistida e professores dedicados a esses alunos especiais?

R.A.: Algumas universidades estão desenvolvendo centros tecnológicos específicos e outras, não. Penso que precisamos dividir as universidades em dois tipos: as presenciais e as de ensino a distância, independentemente de serem públicas regionais, ou federais que tenham desenvolvido tecnologia própria para suas aulas. Na Espanha, o novo padrão normativo permite que uma universidade presencial desenvolva cursos a distância com o mesmo nível do ensino presencial, e que algumas universidades presenciais montem laboratórios tecnológicos para pesquisa ou ensino. Acredito que, além dos centros públicos, possamos ter alguns privados de primeira linha em que se desenvolvam trabalhos de qualidade, mas a idéia de investir em laboratório ainda é muito recente. Deve-se esclarecer que um laboratório tem diferentes funções, além

do desenvolvimento do ensino e da pesquisa. Hoje estão sendo feitas parcerias entre esses laboratórios tecnológicos e empresas privadas. Como exemplo, está em andamento um projeto muito específico com as empresas de telefonia, que envolve esse tipo de tecnologia para o desenvolvimento de ensino a distância. Alguns doutorandos que trabalham em universidade privada e fazem doutorado em uma

universidade pública vêm realizando uma pesquisa sobre as novas formas de aprendizagem, sobre a próxima geração de ensino a distância — quer dizer, aprendizagem em movimento, que permite que você receba sua aula pelo celular.

“[...] se a universidade não estabelecer algum relacionamento de parceria tecnológica com outro campo, ficará um pouco isolada.”

Assim, temos no ensino a distância a utilização da informática associada à telefonia, que possibilita a quem se beneficia dos instrumentos assistir a uma aula de onde estiver: num cibercafé, em casa, durante uma viagem, por exemplo, pois as informações são transmitidas pelo próprio celular, com a possibilidade de conectá-lo a uma tela de TV ou à de um computador. Para resumir, é necessário que se façam parcerias com o “mundo privado” para a construção de laboratórios tecnológicos e desenvolvimento de alguns projetos, pois o investimento é alto e algumas universidades não dispõem de capital para fazê-lo. No mundo empresarial, para algumas tecnologias específicas conformadas a esse campo, se a universidade não estabelecer algum relacionamento de parceria tecnológica com outro campo, ficará um pouco isolada. Tomemos como exemplo os Estados Unidos, onde o nível de crescimento e desenvolvimento tecnológico se deve à existência de parcerias com empresas do mundo privado. O Massachusetts Institute of Technology

(MIT), considerado a melhor universidade tecnológica do mundo, não poderia desenvolver seus projetos de tecnologia se não fizesse parceria com outros campos afins.

D.: E tanto essas pesquisas quanto os próprios laboratórios utilizam pessoas com necessidades especiais?

R.A.: Estamos dando os primeiros passos. A legislação prevê que as empresas contratem um percentual de pessoas com necessidades especiais. Na Comunidade Européia, a política de inclusão abrange também o sistema de cotas destinadas a minorias ou setores oprimidos, entre os quais as mulheres. Nesse sentido, estamos desenvolvendo um projeto para dotar de formação pessoas com necessidades especiais, inclusive em nível de pós-graduação, para que possam assumir cargos de gerência. Penso que este pode ser um grande desafio: uma universidade própria para esse segmento social, que tenha cursos focados nos mais elevados níveis de inclusão.

Até agora as pessoas com necessidades especiais eram marginalizadas, isoladas e punidas pelo próprio sistema. Na Espanha, por exemplo, pessoas com incapacidade visual vendem bônus de loteria e, na Argentina, trabalham em atividades de pouco prestígio. No Brasil, não é diferente: é possível ver pessoas com deficiência visual na condição de pedintes, um expediente marginal. Por isso, uma forma de inclusão social necessária e urgente é desenvolver projetos de ensino para diferentes níveis, inclusive na universidade, em seus cursos de graduação e pós-graduação. Por quê? Porque, apesar de uma pessoa ter deficiência visual ou auditiva, pode produzir muito bem.

D.: Eles podem desenvolver esses produtos tecnológicos e o farão de acordo com suas necessidades.

R.A.: Isso mesmo! Em nossa equipe, algumas pessoas possuem dificuldades especiais. E por que as incluímos? Porque precisamos do olhar do outro, daquele que vivencia o problema, no caso, o olhar de uma pessoa com necessidade especial. Temos o que se pode chamar de uma estrutura paralela: por exemplo, num programa de desenvolvimento de integração cultural, eu poderia incluir um cigano, um árabe, um latino-americano, um centro-europeu, para cuidar das políticas de integração. Não há como desenvolver, somente com brancos, uma política de integração social para negros ou índios. Por isso, para nós, um trabalho de integração destinado a esse grupo com necessidades sociais também deve abrigar, em sua “linha de frente”, pessoas com necessidades especiais, pois, como conhecedoras do assunto, poderão ensinar-nos, até pela internet, a trabalhar essas deficiências e a resolver os problemas delas decorrentes. Pense nas possibilidades que se abrem, nas mudanças que podem ser feitas no ensino fundamental e até no ensino superior, com os próprios colaboradores ou com os professores. A questão é que não temos capacidade de lhes “passar” o ensino; as pessoas com necessidades e capacidades especiais é que devem fazer o currículo e desenvolver o próprio projeto de integração. Se assim não for, haverá o que se pode chamar de uma forma de colonização que não permitirá a efetivação das mudanças necessárias. E queremos que as coisas mudem e, para que isso ocorra, é necessário que essas pessoas sejam responsáveis, pois conhecem as dificuldades. Assim, o programa de curso será melhor e a qualidade técnica também. Dessa forma, resolveremos os problemas

com mais facilidade, pois, se eles têm um problema específico, sabem como superá-lo. Acredito que não se pode mais adotar exclusivamente as políticas dos capacitados, as políticas dos brancos para os outros grupos; torna-se imprescindível mudar nosso trabalho e tratar de fazer com que nossas instruções incorporem as dos outros, pois a política que se tem visto até agora é a nossa — a do Primeiro Mundo —, é a política que pensamos para os outros. Veja que, no Brasil, os “outros” são a maioria; avalie o que isso significa na perspectiva social e na econômica.

D.: Na sua opinião, em termos de educação

inclusiva, existe algum país na América Latina em condições mais adequadas que os outros?

R.A.: Eu acho que não posso falar em melhor ou pior, e sim que toda a América Latina foi castigada pelo Primeiro Mundo. Temos de lembrar como se iniciou, a partir do século XV, um processo de transformação, com a conquista de instrução concomitante à criação de um novo Estado. De maneira geral, toda a América Latina está caracterizada pela desigualdade; não se pode falar de um país mais adequado, especialmente depois da globalização, pois esta, que comparo aos processos de conquista dos séculos XV e XVI, prejudicou e quase destruiu toda a América Latina. Todos os países da região apresentam, simultaneamente, os mesmos problemas em diferentes graus de dificuldade. Existem estudos que estabelecem um ranqueamento, com o qual não concordo. O que posso dizer é que, em um país, no qual aparentemente se tenha boa condição

social, também se verifica alguma outra condição desfavorável — Espanha, Estados Unidos e França, por exemplo, vivem, ao mesmo tempo, o Primeiro e o Terceiro mundos, pois têm o melhor e o pior. O problema está no fato de que a situação de pobreza na América Latina revela maior desigualdade, mais terrível que a de outras partes do mundo.

Na condição de alunos ou de professores, existe

a possibilidade de procurar o bem comum como cidadãos, e essa procura está no desenvolvimento de novas formas de inclusão. Ao mesmo tempo, é interessante perceber o que se passou na América Latina e no Brasil, em particular:

por aqui surgiu um movimento importante que muita gente da União Européia apóia — o movimento antiglobalização —, em Porto Alegre,¹ origem de todo um ideário de oposição a esse processo. E pensar que foi ponto de partida para imaginar o mundo de outra maneira! Davos pensava o mundo econômico de certa forma e, em Porto Alegre, surge a idéia de pensar num outro mundo possível. Assim, penso que a filosofia de pensar um outro mundo — a idéia de Porto Alegre — deveria expandir-se, como já se está expandindo, para muitos outros lugares.

D.: Há uma vasta pesquisa sobre a relação da educação com a comunicação. Com Mário Kaplún, a abordagem se tornou diversa, trazendo como discussão o conflito dialético entre comunicação e educação. É possível identificar esse conflito entre a mentalidade tecnológica e os indivíduos?

“[...] não se pode mais adotar exclusivamente as políticas dos capacitados, as políticas dos brancos para os outros grupos [...]”

R.A.: Esclareço: falar do geral seria a expressão de um pensamento autoritário. Então, falo de minha perspectiva e sublinho isso, porque paralelamente existem outras visões que dialogam entre si e com outros leitores, que podem não concordar. Penso que o interessante será trabalhar no futuro não apenas com quem concordo, mas também, e principalmente, com quem não concordo, pois, assim, pode-se ampliar e diversificar a leitura de mundo. Quanto ao ponto de vista tecnológico, este, em geral, foi usado de modo mecânico, automático. No ensino, por exemplo, a estrutura tecnológica trata do uso de informação pelas pessoas como se lidasse com máquinas a processar *inputs* e *outputs*, ou seja, entrava-se com certas características e saía-se com outras. Isso estava muito presente, e ainda está, na vida das organizações, na vida da escola: querem que os alunos entrem de uma maneira e saiam de outra, como se fossem um modelo de carro A, B ou C, numa linha de montagem. Não gosto de pensar assim; para mim, *inputs* e *outputs* são para outra coisa. Cada pessoa tem um potencial muito grande, cada pessoa pode ter outras possibilidades, e então se deve fazer uso da tecnologia de outro modo; para isso, é necessário que as pessoas a conheçam e compreendam. No entanto, para adquirir essa compreensão, é preciso que tenham conhecimento de como a tecnologia poderá mudar suas vidas. Como exemplo, reportemo-nos à segunda metade do século XVIII: com a revolução industrial, a vida das pessoas começa a se transformar fortemente; muitas do meio rural acorrem ao meio urbano; há mudanças nos costumes, na forma de trabalho, na relação de emprego e nas relações interpessoais. E hoje temos a obrigação de dar às pessoas o conhecimento de que mudanças virão com esta nova revolução tecnológica — trabalho com a idéia de que, nesse processo de desenvolvimento tecnológico (e

de globalização), você entra de uma forma e sai de outra, e que não se pode compreender tal transformação sem conhecer o que se passou com você mesmo — é necessário que as pessoas percebam que vivem e aprendem ao mesmo tempo. Se um aluno gasta cinco anos de sua vida na universidade e não entende o que houve consigo mesmo, com sua vida nesse processo de mudança, se ficou apenas na perspectiva do *input/output* e não compreendeu nada mais, é uma pessoa que tem um grau de alienação e de isolamento muito grande. Com o uso da tecnologia, essa questão adquire maior gravidade, porque esse uso, no futuro, será ainda mais intenso; nos próximos anos, a percepção do mundo pelas pessoas será cada vez mais visual e mais vinculada aos recursos tecnológicos. É preciso que compreendam o mundo com e pela tecnologia. Eu diria que há dois grandes aspectos: educação — ou pedagogia da tecnologia — e pedagogia com tecnologia. Esta última se refere ao uso tecnológico na sala de aula e aquela à semiótica da tecnologia: o uso da TV alterou os costumes da vida doméstica e o do computador mudou e está mudando os relacionamentos. É interessante perceber como a telefonia celular está transformando os costumes das pessoas e suas necessidades de comunicação. Quero dar um exemplo: a telefonia não é usada apenas para dizer “alô”, “como vai”, “estou bem”, para paquerar, porque é interessante, falar com os amigos etc.; ela vai além, pois permite que você tenha uma prática cidadã, uma prática política. Tomemos como exemplo o 11 de março de 2004, em que tivemos um ataque terrorista na Espanha. Na ocasião, o governo conservador de José Maria Aznar quis convencer a população de que o autor dos ataques havia sido o grupo basco ETA²; com essa hipótese, ele poderia ganhar as eleições que ocorreriam quatro dias depois. O fato é que muitas pessoas começaram a suspeitar de que não

havia sido o ETA, porque, na universidade, algumas organizações da esfera privada e da pública fizeram comparações entre o ataque de 11 de setembro de 2001, em Nova York, e o ataque que tivemos em Madri. Tínhamos muitas dúvidas acerca da autoria do atentado e começamos a discuti-las na internet; como este é um meio muito rápido, mas não tão rápido quanto o celular, o que fizemos? Reunimo-nos com um grupo grande de pessoas e decidimos fazer algo muito fácil, com assessoria de advogados. Pedimos a verdade e, além disso, desenhamos uma estratégia, que consistia em mandar a todas as pessoas de nosso relacionamento uma mensagem muito pequena

que dizia: “pela verdade, às 6 da tarde na porta do Partido Popular”. Isso foi um dia antes das eleições, com adesão não tão expressiva; pensávamos que não haveria mais de 200 ou 300 pessoas, porque nossos contatos foram feitos no mesmo dia, entre 12 da manhã e uma da tarde, e a convocação, a partir das 6 da tarde. No entanto, às 8h30 da noite mais de 10 mil pessoas estavam à porta do Partido Popular. Montamos uma estratégia com a CNN e outras televisões européias para que o povo espanhol pudesse receber imagens do que realmente estava ocorrendo – e que a televisão local omitia. E depois de o candidato do Partido Popular ter feito uma ameaça, dizendo que a polícia estragaria tudo, foi interessante ver que os cidadãos foram, em massa, à porta do partido: entre 9h30 e 10 horas da noite, éramos quase 20 mil pessoas, e novas mensagens continuavam a ser enviadas. O mais importante era saber que, ao mesmo tempo, em diferentes partes da Espanha, fazia-se a mesma manifestação. Perto da meia-noite, porque a lei eleitoral não permite

“[...] nos próximos anos, a percepção do mundo pelas pessoas será cada vez mais visual e mais vinculada aos recursos tecnológicos.”

reunião depois desse horário, a manifestação se dissolveu, deixando um lema (não um lema político): queremos toda a verdade ou queremos só a verdade. Simultaneamente, o governo do Partido Popular mostrou na TV um documentário contra o ETA, ainda dizendo que a organização era a responsável pelo atentado, o que levou a maioria das pessoas a dormir crendo na opinião do governo; no entanto, às 2 da madrugada, o próprio governo começava a perceber que cometera um equívoco e que o ETA não tinha responsabilidade no ocorrido. Esse panorama fez com que, na manhã de 14 de março, muitas pessoas dissessem que o Partido Popular não teria a maioria,

que precisaria fazer um acordo, o que não seria muito fácil (Nunca havíamos pensado que as eleições pudessem tomar outro rumo, mas apostamos nisso). Num país que possui algo em torno de 44 milhões de pessoas, das quais 17 milhões com telefones fixos e 34 milhões com celulares, o uso estratégico do telefone celular contribuiu sobremaneira para o sucesso da articulação das massas, porque quem não tinha conhecimento dos fatos transmitidos pela TV recebia a informação pelo próprio celular. Serve-nos a lição de que a tecnologia pode ser usada para a libertação dos povos ou para sua escravidão. A nova forma de escravidão não é a que leva o indivíduo a trabalhar como escravo, mas a que o impede de pensar de outra maneira, diferente do que a empresa e o governo querem que se pense – uma grande empresa de informática pode desenhá-lo o que você quer e controlar o que você faz. Resumindo, o uso tecnológico de *input/output*, aquele uso para o doutrinação, tem domesticado a tecnologia e a nós mesmos.

D.: Quando o senhor se refere à existência de um campo aberto de construção tecnológica, existem riscos: primeiro, com relação à questão do plágio, da cópia que estará nesse acervo a que se tem acesso; segundo, quanto à questão de conteúdo discriminatório ligado a gênero, sexualidade e etnia. Isso porque a partir do momento que não há vínculos com a instituição, mas tem-se acesso a esse tipo de informação, abre-se um livre campo de consumo virtual do qual se pode participar como mero cidadão, estando em qualquer parte do mundo. Como seriam administrados esse acesso e essa relação das pessoas que vão à edição aberta e lá inserem seus dados?

R.A.: Em primeiro lugar, no ensino virtual, assim como no ensino em geral, você tem um registro e não pode mudar de identidade. Você é a Rosana, eu sou o Roberto, este é Fernando e ele é Humberto. Nossos alunos precisariam de outra identidade; eu, particularmente, queria que eles tivessem outras identidades, porque isso é interessante; num *chat* aberto, você pode ser Fernando, Pedro, Paula, Júlia, você pode ser muitos outros, mas no campo do ensino a exigência de registro para participar é fechada, não pode ser aberta com outras identidades. Penso que, nesse momento, é preciso falar de identidades híbridas, de você na realidade e de você no seu imaginário, pois neste campo você é muitos, não é só Rosana, assim como ao mesmo tempo que sou Roberto sou muitos outros, e seguramente eu e você temos mais de um endereço, mais de um *e-mail*. Essa é uma das razões pelas quais desejaria que os próprios alunos tivessem outras identidades, mas o programa não permite isso. Além desse ponto, que se refere aos desenhos das plataformas educativas,

temos um outro aberto no qual se pode introduzir qualquer tipo de informação, sem quase nenhum controle. Por que digo isso? Porque, exceto comunicações racistas ou nazi-fascistas, todo mundo pode falar, todo mundo pode dizer tudo. Você pode ter dois tipos de fórum, um aberto e outro em que se controlam as informações, necessário para conhecer, de fato, o que está ocorrendo na instituição. Ainda que não gostem que se conheça a verdade, acho que quanto mais se falar de uma instituição, maior credibilidade ela terá, e não o contrário, se seus temas forem omitidos do debate. Um exemplo disso – e uma de minhas especialidades agora – é a “invisibilidade”. Não pesquisei apenas a visibilidade do lugar, pois, para mim, é muito mais interessante a invisibilidade que está em nosso olhar, em como abordar o assunto que se relaciona com o não-visível, ou seja, com aquilo que é opaco, que está por trás da ideologia. Há, numa estrutura institucional, muitas coisas visíveis e não visíveis; as falas das pessoas e as imagens que nos mostram dizem muito sobre a instituição, e quando não se trata de um determinado assunto, em diferentes situações, isso ocorre porque há um controle. Agora mesmo, algumas universidades fazem um controle dos alunos como a polícia faz do cidadão. Na Espanha, há um *site* muito interessante pelo qual se vigia o vigilante (aquele que deve controlar as informações), que se iniciou com a questão: por que nós como cidadãos não vigiamos o vigilante? Da mesma forma, pode-se ter o *ombudsman*, para avaliar o que faz o vigilante. Nesse processo de controle, tem-se notado um tom investigativo invasivo, pois, com a desculpa de procurar casos de pederastia ou de pornografia, revela-se a possibilidade de pesquisar a ideologia e a inclinação política das pessoas, numa verdadeira violação de privacidade. Então, julgo necessário, para a defesa

da democracia, que se estabeleça essa relação controladora. O endereço do *site* é www.nodo50.org, e você pode encontrar, na parte esquerda da tela, um lugar que lhe permita vigiar o vigilante, assim como você, cidadão, é controlado pelo sistema da escola quando está usando o próprio *e-mail*.

D.: Professor, na Universidade Nacional de Educação a Distância (Uned), existe acompanhamento do ex-aluno para saber onde e como ele está?

R.A.: Sim. Se um aluno quiser entrar em contato conosco, ótimo; em outros casos, procuramos saber onde se encontra. Nesses casos, costumamos fazer referência ao projeto de tese que propõe a intervenção do alunado em questões sociais ligadas às tecnologias de informação e de comunicação, de modo que as perspectivas de materialização e aplicação dessas idéias sejam acompanhadas, continuamente, com o intuito de divulgar seu impacto nos novos grupos de alunos. Nossa filosofia de trabalho se apóia no pensamento do canadense Jean Cloutier, cuja idéia nos permite reforçar que todos nós podemos ser, ao mesmo tempo, emissores e receptores, isto é, “emirecs”. No Brasil, o único trabalho foi feito pela equipe da professora Rosana Soares Néspoli, que desenvolveu um projeto multimídia, visando à formação de docentes para o uso dos meios. Nesse sentido, pôde-se buscar o compartilhamento do poder na aula, na comunicação e na cidadania e procurar entender a transformação desse receptor em emissor e como isso pode ocorrer.

D.: Sabemos que em sua valiosa bibliografia, Paulo Freire, educador e pesquisador, é bastante mencionado. Que contribuição as idéias de Freire trouxeram aos seus estudos?

R.A.: A idéia de emancipação, de liberdade e de alfabetização. Desejo que nossos alunos não sejam

meros clones, embora a maioria das escolas queira que os alunos sejam clones da própria instituição ou do professor. Para nós, um novo conceito de emancipação repõe a perspectiva da independência de pensamento, manifestada na condição de que um aluno é diferen-

te de um professor; um aluno pode ter outro ponto de vista se comparado com o do mestre. No ensino convencional, autoritário ou aparentemente democrático — falsamente democrático —, o aluno tem que fazer sempre as mesmas coisas.

“[...] por que nós como cidadãos não vigiamos o vigilante? [...] julgo necessário, para a defesa da democracia, que se estabeleça essa relação controladora.”

Notas

- 1 N. Ed.: Aparici se refere ao Fórum Social Mundial.
- 2 Sigla em língua basca para Euzkadia Ta Azkatasuna, ou Pátria Basca e Liberdade.

Colaboraram para esta entrevista: Fernando Almeida Santos, Nádia Conceição Lauriti e Rosana Soares Néspoli.

Para referenciar este texto:

APARICI, R. A responsabilidade da comunicação e das novas mídias no mundo globalizado. Entrevista. *Dialogia*, São Paulo, v. 4, p. 15-23, 2005.
